

HISTORIOGRAFIA

ANTICOMUNISMO BRASILEIRO: CONCEITOS E HISTORIOGRAFIA

*Carla Luciana Silva - UNIOESTE**

RESUMO: Nos últimos anos alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos sobre o anticomunismo brasileiro. Este artigo propõe apresentar algumas contribuições ao tema. Nosso estudo centra-se no anticomunismo brasileiro nos primeiros anos da década de 1930, ou seja, no período Vargas mas anteriormente à chamada Intentona Comunista de 1935. Como esse não é um tema muito conhecido, será necessário antes de mais nada tentarmos delimitar o que entendemos por anticomunismo e também por comunismo. Em um segundo momento, contextualizá-lo-emos na década de 1930 brasileira e com relação à historiografia que aborda o tema.

PALAVRAS-CHAVE: *Anticomunismo; Comunismo; Autoritarismo; Totalitarismo; Brasil República.*

Os primeiros passos para o estudo do discurso anticomunista passam por tentarmos definir minimamente aquilo que ele combate, ou seja, o comunismo. Com isso poderemos, posteriormente, ter parâmetros para tentarmos definir o que é o comunismo combatido pelos anticomunistas.

* Professora do Curso de História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (cdasilva@unioeste.br).

Origens do comunismo¹

Em 1848, no Manifesto Comunista, Marx e Engels alertavam: “*quais os opositoristas que não são acusados de comunistas por seus adversários no poder? Quais os opositoristas que, por sua vez, não têm replicado, a seus adversários da direita ou da esquerda, com a alcunha infamante de comunistas?*” (MARX, ENGELS, 1993: 65). A intencional imprecisão teórica sobre o comunismo é uma realidade que se mantinha no Brasil, na década de 1930. Assim como enunciado no Manifesto, desejava-se colocar o “comunismo” como sinônimo de antagonismo, e com isso nomear uma série de preconceitos. Dessa imprecisão resultava, por exemplo, que tanto as dissidências governistas podiam ser consideradas “comunistas” quando apresentavam posições divergentes, quanto os operários podiam receber esse título quando defendiam seus direitos, como reclamava o deputado Antônio Pennafort: “*o proletariado brasileiro, quando apresenta e defende idéias avançadas, uns mais do que os outros, é logo considerado comunista*”².

A origem da expressão “comunismo” é associada à República de Platão, onde ficava restrito às classes superiores da sociedade. O cristianismo primitivo ampliou a concepção, levando-a a toda a sociedade, o que se configuraria em alguns movimentos durante a Idade Média. As primeiras grandes “utopias comunistas” foram formuladas no século XVI e XVII, quando se consolidou como irremediável a transição para a “vida burguesa”. Em 1516 Thomas More publicou *Utopia*, onde dizia que dinheiro e justiça não podiam conviver. Em 1643 é publicada a *Cidade do Sol*, do monge Tommaso Campanella, onde defendia que o trabalho deveria ser realizado apenas em proporção às necessidades da sociedade.

¹ As reflexões aqui apresentadas se originam da dissertação de mestrado defendida em agosto de 1998 junto ao Curso de Pós-Graduação em História da PUCRS: *Perigo Vermelho e Ilusão Comunista: configurações do anticomunismo brasileiro - da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora*.

² Antônio Pennafort, *Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934*, p. 488, v. 12.

A partir da Idade Moderna os ideais comunistas não eram mais apenas nascidos dos “grandes pensadores”, mas emergiram junto aos movimentos revolucionários populares. Esse foi o caso do movimento dos “niveladores” e “cavadores” da Revolução Inglesa, que seriam os primeiros representantes do comunismo utópico pelo fato de que consideravam todas as formas políticas até então existentes como superficiais, porque não corrigiram as desigualdades do sistema econômico. A partir da Revolução Francesa assumiu-se um caráter político mais amplo. Isso através de Babeuf, inspirado em Rousseau e Morelly. Defendia-se sobretudo que a propriedade era o início das desigualdades entre os homens. Da Revolução até o ano de 1848, as escolas socialistas e comunistas que floresceram se distinguiram do programa babuvista pela maneira de conceber a passagem da “velha para a nova sociedade”: *“uma passagem não violenta mas pacífica, isso é, baseada essencialmente na força da convicção e do exemplo de novas comunidades harmoniosas, fundadas na cooperação e na fraterna união de seus componentes”* (MATEUCCI, 1986: 207).

Somente então poderíamos chegar à definição do comunismo marxista³. Ele é tomado como principal referente nos textos anticomunistas, e isso se deve às suas mais amplas implicações políticas. Igualmente relevante é o fato de que Marx e Engels estudaram o mundo moderno em processo de revolução industrial, cujo sistema se manteve e mantém até hoje: o capitalista. O problema central da sua análise está configurado nos interesses de uma classe, a burguesa, conflitantes com os do proletariado.

³ Com isso não estamos defendendo a idéia de “evolução para o comunismo marxista”, pois essas diferentes concepções propunham soluções somente adequadas à sua realidade histórica. Todos foram movimentos de crítica e contestação social, cada qual em consonância com o seu tempo histórico. Além desses, existiu uma série de outros movimentos que tinham esses mesmos objetivos; poderíamos dizer que eles correspondem à história das desigualdades sociais. Alguns desses movimentos foram estudados por Eric Hobsbawm (1978). Ver também HILL (1987).

Origens do anticomunismo

Embora o anticomunismo fosse anunciado já no *Manifesto Comunista*, são poucos os conceitos encontrados para o termo. Luciano Bonet, diz que “*o Anticomunismo deveria ser obviamente entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas*”. Disso decorre também que “*após a Revolução de Outubro, o comunismo entrou na cena mundial, não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais (...)*” (BONET, 1992: 34). Assim, as primeiras décadas do século XX seriam entendidas como um período de amplos reflexos da Revolução Soviética, especialmente a partir da expansão da III Internacional e a “*descoberta da América Latina pela Internacional*” (PINHEIRO, 1992).

Bonet aponta ainda para que o anticomunismo pode atingir um componente fundamental da cultura política dos regimes democráticos, assumindo “*uma função importante na integração sócio-política e na legitimação do sistema (...). Revela-se por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e às tradições comunistas*”. O anticomunismo serviria então para a manutenção do Estado estabelecido, representante das camadas detentoras de poder político e econômico, mas referenciado por alguma tradição marxista.

O problema básico ao qual devemos atentar é que o termo comunista não é suficiente. É necessário delimitar o que os textos anticomunistas entendem por comunismo. Ressalte-se que o conceito aponta para as tradições “marxista ou comunista”, ou seja, embora os textos anticomunistas estejam se referindo a um “inimigo”, concreto ou não, eles têm claro que esse “inimigo” não é necessariamente um militante de um partido comunista. Isso torna mais difícil determinar com exatidão qual é o campo de atuação do comunismo e o do anticomunismo.

O anticomunismo na política e na historiografia brasileira

A referência ao anticomunismo é recorrente na historiografia, embora sejam poucos os trabalhos que se proponham a analisá-lo como um todo. Em diferentes momentos da história política brasileira o “anticomunismo” foi utilizado para legitimar uma reação conservadora. Ressalta-se que é um fenômeno que permanece para além do Estado Novo e do regime militar brasileiro, quando é relativamente conhecido, ainda que pouco estudado.

Recentemente têm sido desenvolvidos trabalhos que mostram que o Estado autoritário que estava sendo implantado na década de 1930 tinha um forte referencial no forjamento dos “grandes inimigos da nação brasileira”. Esses trabalhos, embora considerem a existência de focos anticomunistas no início dos anos 30, não os articulam com um sentido histórico mais amplo. Isso pode ser explicado, na maioria das vezes, pela falta de definição teórica do anticomunismo.

O historiador Moniz Bandeira organizou um livro no qual se estudou a Revolução Soviética e seus reflexos no Brasil, apontando também para a amplitude do termo “comunista”. Nele os autores estudam a “pré-história” dos movimentos sociais no Brasil, desde a Inconfidência Baiana, em 1798, ao que se poderiam acrescentar as revoltas e rebeliões de escravos no Brasil Colônia e Império. Dizem os autores que

já em 1849, no Brasil, a palavra “comunismo” vulgarizava-se na imprensa e no Parlamento (...). Há mais de meio século, pois, que as classes dominantes, no Brasil, tremem diante do ‘fantasma do comunismo’ e podiam figurar nas páginas d’O Manifesto, ao lado de Guizot e de Metternich (BANDEIRA, 1967: 8).

Um dos aspectos que nos mostra a relevância do “comunismo” como um inimigo está nas diferentes utilizações do termo, que levaram à prática de considerar qualquer oposição ao sistema como sendo “comunista”. Um exemplo disto ocorreu

quando algumas posições dos tenentes eram consideradas comunistas, como mostrou a historiadora Vavy Borges: “*os interesses das classes ‘conservadoras paulistas’, quando incomodadas, despertam sempre o mesmo tipo de acusação, que é o ataque de comunista*” (BORGES, 1992:209). Mesmo que os acusados não tenham nada de “comunistas”, o fato de estarem fazendo algo contrário à ordem estabelecida levava a essa acusação. A historiadora conclui que

O comunismo é a ameaça mais antiga e a que mais assusta por ser a reviravolta social total, significando realmente uma alteração muito mais radical do que o fascio. É contra essa ameaça que o tempo todo surgem inúmeras reações: percebe-se claramente que esse ‘perigo comunista’ incomoda há muito tempo e a muita gente, de forma mais constante e mais freqüente do que o ‘perigo fascista’. (...) Os editorialistas, articulistas e jornalistas da ‘imprensa democrática’ especializaram-se em agitar essa tensão que se torna aos poucos o maior pavor existente até nossos dias em vários grupos da sociedade brasileira (BORGES, 207).

O historiador Mário Maestri, estudando o papel histórico de Castro Alves, cita um projeto abolicionista que determinava a emancipação dos filhos de cativas, em 1871. Segundo ele, “*o projeto foi combatido pelos escravistas, que chegaram apresentá-lo como inspiração da terrível internacional comunista*” (MAESTRI, 1998: 7).

No que se refere ao período imediatamente posterior aos anos 1930, encontramos outros trabalhos e são mais freqüentes as referências ao tema. Molinari Germano Filho estudou especificamente o anticomunismo no jornal *O Estado de São Paulo*, no período de 1930 a 1937. O autor analisou a construção do mito do comunismo e do comunista no Brasil, a partir do jornal, e dos conflitos entre a ideologia liberal e o comunismo. Para isso, propôs que havia a elaboração de um universo mítico que perpassa todo o discurso jornalístico. A prática do jornal era a de contrapor um valor liberal sempre que falava do comunismo. Criando

“tradições”, o jornal defendia o conservadorismo e o apagamento dos conflitos sociais através dos ideais de harmonia (GERMANO FILHO, 1992: 82).

O historiador Astor Diehl também aborda o anticomunismo na sua pesquisa sobre uma organização que tinha entre os seus objetivos o combate ao comunismo, os Círculos Operários. O autor mostrou que eles foram criados em grande medida como forma de combater a possível expansão do comunismo junto aos operários católicos. Seu trabalho enfatiza que, além do *“conteúdo doutrinário-ideológico como exercício para esmagar a organização anarco-sindicalista e comunista”*, os Círculos *“se tornaram doutrinários e ideológicos, servindo de fundamento à elaboração do corporativismo, explicitamente presente na organização do Estado Novo e na CLT”* (DIEHL, 1990:9). A historiadora Carla Rodeghero, que estudou o anticomunismo no Rio Grande do Sul, no período de 1945 a 1964, defende que ocorreu a construção de um imaginário anticomunista. Para ela *“o imaginário arrasta o indivíduo a uma ação (...)”*. E conclui que *“ao mesmo tempo em que se constitui num conjunto de representações acerca da realidade, o imaginário suscita ações e adesões”*. Nesse sentido, afirma que

No caso do imaginário anticomunista, da pregação feita pela Igreja ou pelos políticos, o limite entre o que seriam as representações e as ações por ela suscitadas é muito tênue. Isso porque a ação - tanto nos meios católicos, como nos meios políticos - em muitos casos, dá-se por intermédio da palavra. Nesses casos, falar também é agir (RODEGHERO, 1998: 24).

Afirmações como essa nos fazem refletir sobre a necessidade de discutirmos essas relações entre imaginário e ação política.

É comum também na historiografia dar-se ênfase aos períodos de grande instabilidade política, especialmente a partir de 1935, como sendo os períodos de existência e até mesmo do

forjamento do anticomunismo. O historiador Edgar Carone fala na existência naquele ano de um grande movimento repressivo à revolta comunista. Segundo ele, *“a dualidade de posições contra tendências contraditórias, onde os primeiros canalizam o medo ao comunismo e, através de uma propaganda tenaz e contínua - auxiliada pelo estado de sítio e a psicose anticomunista - exageram o perigo existente.”* Desencadear-se-ia então uma ação anticomunista e antiliberal, com uma união de forças que *“engloba grupos das oligarquias até o tenentismo de tendência política. Estas forças contam com o apoio da Igreja, do integralismo, de parte da burguesia e da pequena burguesia amedrontados, que incentivam e ajudam a repressão”* (CARONE, 1977: 342).

O historiador Diorge Konrad diz que *“desde o início de 1935, a Câmara Federal, entre outras questões, discute o crescimento dos movimentos sociais e políticos no Brasil”*. Essa afirmação leva o autor a dizer, ao encontrar um artigo n’A Federação, de combate ao “extremismo”, que *“essa é uma das primeiras manifestações contrárias aos movimentos sociais que ocorrem no Estado (...)”* (KONRAD, 1994: 255; 346)⁴. Posição semelhante é a de Marly Vianna, que diz que com a ANL houve a união imediata do governo e dos integralistas no combate à Frente, e a aprovação da Lei de Segurança Nacional (VIANNA, 1992: 125).

O trabalho mais sistemático sobre o tema de que se tem conhecimento é o da historiadora Eliana Freitas Dutra, que estudou o período de 1935 a 1937, no qual, *“a sociedade estava*

⁴ No entanto, aquelas discussões eram anteriores àquele período. Os Anais da Assembléia Constituinte de 1934, por exemplo, contêm vários debates acirrados sobre o tema. Vejamos uma das preocupações do Deputado Vitor Russomano: *“Atentemos, pois, para o magno problema e veremos que os que têm dinheiro fiam-se na fuzilaria oficial, que julgam de guarda, pronta a reprimir a rebelião das massas. E os trabalhadores, aumentando a fome dia a dia, unem-se para a luta”*. Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934, v. VII, p. 482. De fato, em 1935 havia essas discussões citadas por Konrad, mas isso não pode servir para que pensemos que antes disso não havia debates e reações às possíveis “ameaças extremistas”.

mobilizada para construir o Estado Novo". Para ela, naquele período a sociedade brasileira seguia o rumo de uma disposição totalitária-fascistizante, cuja ideologia buscava mostrar a imagem de uma sociedade una, através do controle social, da racionalidade, do fantasma do inimigo, para com isso controlar o real pela imagem. Para implementar os ideais de ordem, família e moral, diferentes setores sociais utilizaram-se da retórica anticomunista como elemento mobilizador. Para eles, o inimigo seria *"terrível e perigoso porque é invasor, é estrangeiro, vem de fora, é estranho, e está a serviço de uma 'ideologia que vem de fora'"*. Assim, foi

o grande tema mobilizador responsável pela coesão dos diferentes setores e instituições e pelas propostas de reformulação da sociedade. O comunismo é o inimigo, figurado como a encarnação do mal e serão necessários vários atos de imagem para figurá-lo. A insurreição de novembro de 35 é providencial, pois ela permite tocá-lo (DUTRA, 1998:42-43).

O seu marco temporal é o período posterior à ANL, que seria quando houve uma visualização do perigo comunista. A autora ressalta que *"é inegável que já existia certa intranquilidade com a declaração da Lei de Segurança Nacional, (...) com a ameaça de fascismo interno, com a intensificação dos conflitos de rua e com as dúvidas da opinião pública sobre o futuro da democracia no país"*. Contudo, diz ela, *"é só após a divulgação do manifesto de Prestes que ganha corpo uma estratégia de alarde com a ação dos comunistas"*. O estudo do imaginário anticomunista deveria iniciar com a Aliança Nacional Libertadora, *"em 1935, com um comício de comemoração das revoluções tenentistas de 1922 e 1924 (...) quando seria lido o manifesto revolucionário de Prestes à nação, o que foi suficiente para que o país se visse mergulhado num crescente clima de apreensão. Esse clima foi fortemente manipulado por segmentos do poder ligados às hostes governantes, e a opinião*

pública se viu defrontada com o fantasma do comunismo que se tornaria de fato real em novembro desse mesmo ano” (DUTRA, 1998: 36 e segs).

A historiadora Maria Helena Capelato fez um importante estudo sobre o anticomunismo na imprensa paulista, onde afirmou que *“os Diários, de Assis Chateaubriand, e O Estado de São Paulo se destacaram na luta contra o comunismo. A batalha começou no início do ano de 1935, quando foi votado o projeto da Lei de Segurança Nacional, justificada pela intensa agitação existente no país”* (CAPELATO, 1992: 66). No entanto, essa afirmação contrasta com as campanhas anticomunistas existentes em outros jornais, inclusive dos *Diários Associados*, no mesmo período. O principal divulgador do início dessas campanhas foi *O Jornal*, órgão dos *Diários Associados*, do Rio de Janeiro. No dia 13/3/31 ele anunciava o lançamento da campanha, que foi seguida por vários outros jornais:

Os Diários Associados, no seu empenho sincero de agitar e divulgar o mais amplamente possível todos os assuntos de maior relevância da atualidade nacional, não podiam deixar de parte, numa grave omissão, os assuntos de ordem social, que a par das questões políticas, econômicas e morais, enquadram a existência de um povo na concepção ocidental do Estado.

Eis porque nas nossas últimas edições, tal como o faremos a seguir, abrimos nas nossas colunas, (...) espaço para exposição geral, em caráter doutrinário ou simples comentário de tudo o que diga respeito ao momento social brasileiro em face da evidente tentativa de irradiação comunista do cenário, para nós um tanto velado, da Rússia Vermelha para o seio de todas as comunidades do mundo ocidental (*O Jornal*, 13/3/31: 16).

O jornal apresentava alguns dos parâmetros contra os quais o comunismo estaria atentando, justificando a necessidade de combatê-lo, pois acima de tudo deveria estar a ordem e a conservação da sociedade ocidental. O artigo inaugurou a chamada “campanha anticomunista”. O anticomunismo estava presente nos

artigos e livros mais diversos do período. A questão inundava os jornais, para usarmos uma expressão do período, havia uma verdadeira “onda vermelha” de textos sobre o comunismo.

Estas campanhas nos indicam que não podemos supervalorizar o período a partir de 1935, descaracterizando as disputas anteriores, partes do mesmo processo. A existência da ANL foi um fator importante, enquanto um grande movimento de massas de contestação ao Estado varguista. A chamada Intentona Comunista, que ocorreu depois do fechamento da ANL, foi um pretexto concreto para o fechamento do Estado às liberdades civis. Mas, é importante ressaltar que o apoio às diversas modalidades de ação repressiva nunca deixou de existir durante o governo provisório de Vargas. A existência do temor ao comunismo era anterior à ANL, e também à Lei de Segurança Nacional, o que faz com que o forjamento de um pensamento totalitário deva ser estudado também no período que precede à Aliança.

Em diferentes momentos da história política brasileira, o “anticomunismo” foi uma forma encontrada pelas elites políticas para legitimar políticas conservadoras. Queremos salientar que as práticas anticomunistas existem e têm importância histórica não apenas enquanto reação em momentos de instabilidade social.

O anticomunismo enquanto discurso conservador

O anticomunismo que estudamos é perceptível através de discursos, ou seja, de posições políticas defendidas em jornais, em livros e em folhetos. No entanto, temos que ter claro que o estudo de práticas discursivas pode levar a um entendimento simplificador da realidade, descaracterizando os movimentos sociais, como ocorreria se considerássemos que o anticomunismo tem como referencial exclusivamente um partido comunista. Nesse sentido, a filósofa Marilena Chauí dá uma grande contribuição para o estudo dos imaginários anticomunistas, através do conceito de “discurso competente”, que *“se tenha a aparência de que ninguém exerce o poder porque este emana da racionalidade imanente do*

mundo organizado ou, se preferirmos, da competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados". Esse discurso serviria para a legitimação das micro-relações de poder, é ela quem apresenta a grande contribuição para o tema definindo a noção de *"imaginário anticomunista"*. Para que a violência da dominação surja como *"natural"*, é necessário *"que ela seja anulada como violência, (...) produzindo uma imagem unificada da sociedade"*, tornando assim a polarização aceitável para todos. O *"imaginário ideológico"* responderia a duas necessidades, que seriam *"fornecer aos membros de uma sociedade dividida e separada do poder a imagem da indivisão política; elaborar, para a classe que detém o poder, uma imagem de si e do social que faça do poder um representante homogêneo e eficaz da sociedade em seu todo"* (CHAUI, 1981: 10). No entanto, esse conceito não nos propõe determinar onde se gesta esse imaginário e como ele é elaborado, tarefa fundamental para que o compreendamos e possamos nos aperceber quando estamos diante dele.

O discurso analisado é altamente competente com relação aos seus propósitos de criar, aumentar e alardear *"perigos"*, na medida em que é um eficiente gerador de *"efeitos de sentido"* (INDURSKI, 1997: 41). As suas construções discursivas possuem um efeito concreto e mediato, e imediato, por vezes. Esse efeito seria então um objetivo daqueles que pronunciam o discurso, sem que isto esteja explicitado no texto escrito ou na fala. Caberia então ao pesquisador estabelecer as relações com o real possíveis de serem apreendidas para constatar em que medida os efeitos surtidos aproximam-se ou afastam-se dos propósitos assumidos por seus enunciantes. Por isso estudamos a série de falas contrárias ao comunismo, que constituíram as campanhas anticomunistas, e outras que agregamos à sua prática, percebendo a importância que elas possuíam na sociedade que estudamos. Como diz Paulo Sérgio Pinheiro, estudando a recepção da doutrina comunista,

no contexto das análises, dos apelos, dos manifestos, sua falsidade não as torna refutáveis porque elas jamais se verificaram nos fatos imediatos, mas nas tendências, num processo no qual a prática política faria emergir os fatos desejados, seus elementos mágicos prevalecendo sobre sua compreensão no pensamento e na ação (PINHEIRO, 1992: 14).

A não ampliação do referente e, por conseguinte, do seu sentido implícito e explícito, pode acabar por levar a considerar o discurso anticomunista como algo que não faz parte do real. Ampliar na análise o conceito de comunismo para os seus enunciantes (os anticomunistas) possibilita perceber que não é possível fazer a dissociação entre prática e discurso anticomunista. Isso porque não faz diferença fundamental para os seus forjadores e divulgadores se há um referente concreto constituído em um partido comunista. Se ele não existe no partido, os mecanismos utilizados são muitos para tentar configurá-lo.

O estudo dos imaginários sociais pode ser elucidativo para entender as relações de classe social, e que somente podem ser compreendidas a partir da definição das suas especificidades históricas. Não é possível apresentar uma explicação simplificadora de que existe uma formação ideológica *a priori* que representa interesses das classes médias, que por sua vez representam as classes altas, lutando contra as classes baixas. A análise deve conseguir abarcar essas aparentes contradições. Considera-se uma sociedade dividida em camadas sociais, com interesses e funções diferenciadas. Pressupõe-se o conflito, mas a forma de apreendê-lo não pode ser somente pela contraposição “estrutura x superestrutura” (SANTOS, 1996: 117).

Falar sempre é agir, é posicionar-se. O discurso não pode ser entendido como um ente. Ele sempre tem de fundo uma ação de algum sujeito. Não é muito elucidativo dizer que os homens agem a partir de uma representação do real, pois os historiadores trabalham sempre com representações acerca do real, quando fazem interpretações, o que faz com que a historiografia seja

também historicamente determinada. É necessário reconhecer a *“existência de uma inevitável dialética entre problematização, documento, método e o objeto (...)”. A realidade histórica só ressuscita como representação discursiva*” (CATROGA, 1996: 91). Na ação e no discurso os homens mostram quem são, *“revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano”* (ARENDDT, 1992: 192). Mesmo que se esteja analisando o discurso, a análise tem que levar em conta que ele faz parte da realidade, é complementar e se confunde com a ação, influenciando-se e transformando-se dialeticamente.

Além disso, o inimigo que estava sendo construído tinha elementos totalitários, o que se percebe pela imprecisão histórica do “inimigo”. Os valores conservadores e reacionários sobre os quais estava fundada a sociedade são fundamentais para compreendermos como se processava a aceitação disso e a percepção de que a organização comunista era algo fantasmagórico e perigoso, aceitos de forma geral pela cultura política do período. As manifestações de oposição às atitudes do governo, ou se davam dentro das representações existentes - os partidos elitistas liberais ou conservadores - ou eram consideradas subversivas à ordem estabelecida.

Considerar como referencial do anticomunismo apenas o comunismo como tal assumido nos levaria a centrar o estudo nas características da ação comunista, sua eficiência, sua divulgação. Se as propostas do Partido Comunista eram incipientes ou ineficazes, isso não nos permite negar a relevância dos movimentos sociais existentes, independentes de qualquer partido ou sindicato em especial. Ou seja, mesmo que a base do discurso comunista fosse a defesa de valores da “sociedade ocidental”, e isso é fácil de atestar, tanto quanto a ineficácia desse discurso, tivemos, somente em São Paulo, de 1930 a 1934 mais de cinquenta greves, que não se caracterizavam exclusivamente por reivindicações salariais. E esse era o “perigo comunista” visível, independente de cor partidária. Era sobretudo contra a organização dos movimentos sociais que se colocavam os defensores do “Estado forte”.

Assim, o discurso e a ação estão vinculados em uma relação necessária. As idéias expressas no discurso levam à ação, politicamente entendida. Nesse sentido, é possível pensar que os jornais fossem um espaço para efetivos debates ideológicos, e que em verdade, os debatedores defendiam interesses específicos, de manutenção de certos extratos sociais no poder, configurando-se uma questão ideológica. Mas as discussões mostram que não se tinha clareza das formas com que se concretizaria essa manutenção no poder, diante do que se torna essencial considerar uma reelaboração em nível do imaginário social de um dado projeto ideológico.

Essa discussão nos obriga a não aceitar as interpretações que dizem que somente em 1935 estava configurado no Brasil um inimigo porque houve a chamada Intentona Comunista, quando o perigo se tornaria real de fato em novembro de 1935. Tentamos chamar a atenção justamente para o fato de que essa construção do comunista como o inimigo da nação e todas as suas decorrências deve ser buscada não apenas em 1935, deve ser estudada como um processo histórico.

Década de 1930: crise e controle social

A historiografia é unânime em afirmar que os anos 1930 brasileiros foram anos de crise. A filósofa Marilena Chauí diz que uma visão racionalizada da sociedade é essencial para a manutenção do *status quo*. Assim, quando os elementos normais de coerção falham - a burocracia, a organização, a planificação e a centralização resultantes - são necessárias novas formas de manter a dominação. Todos esses elementos articulados teriam como função *“conjurar o perigo dos conflitos internos”*. Diz Chauí que *“todavia, quando estes já não podem ser controlados surge uma idéia-chave, panacéia de todos os males, uma explicação irrecusável daquilo que ‘efetivamente’ estaria ocorrendo no real: a imagem da crise”*. O discurso da crise apresenta uma explicação que considera o conflito social como acidental, o que

faz com que *“paradoxalmente, nomeia os conflitos no interior do social e do político, mas o faz para melhor escondê-los. Com efeito, o conflito, a divisão e até mesmo a contradição podem chegar a ser nomeados pelo discurso da crise, mas o são com um nome bastante preciso: perigo”* (CHAUÍ, 1978: 127, 128).

Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa, naquele período torna-se difícil para a própria elite ignorar as contradições do liberalismo, o que leva a uma maior mobilidade de seus simpatizantes. O liberalismo *“serve melhor aos interesses de uma sociedade burguesa, em que as relações são medidas pelo mercado e as tensões entre capital e trabalho não assumiram o caráter de conflito insuperável”*. Mas quando essas tensões superam o limite do controle, o liberalismo passa a não mais servir. Além disso, *“o liberalismo foi frequentemente a arma utilizada pelos descontentes do sistema em sua luta pela conquista de um espaço social mais amplo”* (COSTA, 1987: 135-6).

Wanderley Guilherme dos Santos diz que não existe homogeneidade no pensamento liberal, e que um Estado liberal não implica em um Estado não interventor, pois *“depois de criado [ele] transforma-se no Estado em que a hegemonia burguesa não é seriamente desafiada. Trata-se de um estado cuja intervenção em assuntos sociais e econômicos tem por fim garantir a operação do mercado como o mais importante mecanismo de extração e alocação de valores e bens”*. A forma com que ocorre essa adaptação do discurso liberal está vinculada à postura autoritária, o que para o autor é determinado pela *“idéia de que os homens não são iguais, sob o aspecto político, e que somente os melhores deveriam governar”* (SANTOS, 1978: 130 e segs). Consideramos importante a constatação da aceitação de propostas autoritárias mesmo para os liberais, na medida em que nos mostram que não existiam diferenças estruturais nos pensamentos dos diferentes grupos políticos da elite brasileira, o que será fundamental para entendermos que assim também agiam

nas suas práticas anticomunistas. Como afirmou Capelato, com relação ao comunismo, as semelhanças entre as posições liberais e antiliberais eram muito difíceis de serem determinadas,

liberais e antiliberais divergiam quanto à fórmula política adequada ao país. Mas, no que diz respeito à concepção da sociedade as diferenças eram tênues. As propostas de controle social e as justificativas de dominação (dos trabalhadores e dos sem trabalho) se equiparam nas duas vertentes de pensamento. É nesse terreno que melhor se esclarece a essência dominadora do liberalismo, teoria que lançou as bases para um efetivo controle e domínio de classe (CAPELATO, 1988: 138).

Assim, embora existissem diferenças nas posições políticas, seus objetivos principais eram os mesmos, se tomarmos como parâmetro o “comunismo” ao qual combatiam. Ele atacaria em tese os princípios burgueses, liberais e conservadores, o que nos permite tomá-los como uma unidade, constituída a partir da definição do inimigo comum. A construção desse inimigo não necessitava ter um sujeito visível, a imagem dele enquanto “fantasma” que poderia atacar a qualquer tempo era muitas vezes mais válida do que a de um ser concreto, como um partido⁵.

A atuação do Estado varguista nesse processo se caracteriza por uma diferença fundamental com relação aos governos anteriores. Por um lado, o Estado agia de várias maneiras objetivando o enfraquecimento da capacidade de atuação autônoma dos trabalhadores assalariados, “reduzindo sua influência relativa na sociedade brasileira, facilitando a liquidação de suas organizações profissionais independentes e a montagem do aparato sindical oficial” (RODRIGUES, 1996: 520). Por outro lado, as

⁵ A lógica é a mesma que funcionou com o “grande medo” que precedeu a Revolução Francesa. Não havia um perigo visualizável, como mostrou Bacsko: “*o Grande Medo mostra que mesmo sem haver um inimigo concreto, continuavam as pilhagens: instaurou-se o pânico. Os fantasmas criados serviam de trampolins simbólicos que levavam à progressão conjunta dos medos, ódios e esperanças. São então presenhas de significações e representações coletivas...*” (BACZKO, 1985: 319).

novidades nas práticas repressivas só serviram para aprimorar o aparato policial, ou seja, a repressão era uma herança dos governos anteriores. No entanto, efetivam-se mudanças fundamentais no seio da classe operária, impulsionadas em grande medida pelas políticas do Estado em consonância também com a burguesia industrial. A partir de Vargas, há uma nova atitude dos poderes públicos com relação à questão social, pois se agregava às práticas repressivas o atendimento às reivindicações básicas dos trabalhadores⁶.

Colocava-se a questão fundamental da emergência das massas dentro de um sistema de desenvolvimento acelerado do capitalismo, no qual se passava a permitir a sua participação nos processos de decisão. Não era mais possível ignorá-las no processo político. Essa realidade originariamente se referenciara na Comuna de Paris; em 1930, no Brasil, tinha como referencial a Revolução Soviética. Tratava-se da “necessidade permanente de governar por meio de uma democracia política à sombra de uma revolução popular” (HOSBAWM e RANGER, 1997: 277). Esses exemplos mostravam concretamente o “perigo da democracia política”. A partir daí os anticomunistas propunham a necessidade de inventar, ou recuperar, uma tradição para “salvaguardar” o homem do comunismo e do socialismo. E esse era o papel dos ideais da sociedade ocidental: a família e a religião. O ideal da nação tomava importância maior, à medida que estava sendo construído, podendo reforçar os outros valores, que eram tomados como imutáveis.

Temos então que remeter o anticomunismo à necessidade de resolução da chamada “questão social”, que é imanente aos países em processo de desenvolvimento industrial⁷. As

⁶ Trata-se, segundo Cancelli, da dualidade entre estado de prerrogativas e normativo: *“o estado normativo estava representado pelas atividades do governo que transcorriam de acordo com as normas e a ordem legal, como se expressavam os estatutos, as decisões das cortes e as várias agências administrativas. O estado de prerrogativas era representado pelo círculo do poder e pela polícia, em uma esfera inatingível pela lei”* (CANCELLI, 1994: 27).

⁷ Angela de Castro Gomes mostrou como “surgiu a questão social”, um fenômeno mundial, desde a transformação da “pobreza com papel social”, até à reivindicação

manifestações anticomunistas são encontradas na plataforma da Aliança Liberal, nos jornais, nos Anais da Assembléia Constituinte, livros e folhetos do período. Em todos encontramos disputas políticas permanentes. Essas campanhas eram ideológicas, pois representavam interesses de determinados grupos sociais, que buscavam a dominação política e social. Tratar-se-ia então de uma forma de expressão da luta de classes, uma luta eminentemente política, no sentido de conflitos entre setores sociais.

Ao mesmo tempo em que o governo não proibia a ação sindical, encontrava meios de controlá-la, o que é facilitado pela entrada maciça dos trabalhadores provindos do meio rural, levando a que

os temas habituais do movimento operário europeu (do tipo anarco-sindicalista, socialista ou comunista) não conseguiram motivar a massa de trabalhadores que abandonava o campo, trabalhadores analfabetos, socializados num padrão de submissão ante as camadas superiores e que encontravam, ademais, no meio fabril urbano, condições de trabalho e de vida geralmente mais satisfatórias do que tinham no meio rural (GOMES, 1979: 215).

Torna-se sintomático que diante destes novos operários as campanhas anticomunistas atacassem a organização autônoma de forma genérica, considerando a todos como “comunistas”, pois o Estado estava agindo diretamente na organização operária, onde os comunistas não conseguiam ter maior inserção, o que fazia com que estes fossem vistos como “externos” à organização operária, contribuindo para a sua mistificação diante desses novos

do liberalismo do *“princípio da responsabilidade individual dos trabalhadores por seu próprio bem-estar”*. A partir disso, mostra a importância das primeiras leis sociais, na Europa do século XIX, visando à regulação do mercado *“para salvar a sociedade”*. De fundo, encontrava-se uma sociedade cuja classe operária era crescente. A forma com que deveria ser incorporada ao processo político é que estava em disputa (GOMES, 1979).

trabalhadores, que eram também mais adeptos às práticas clientelísticas devido à sua origem no mundo rural. Isso se torna mais visível a partir do estudo da historiadora Zélia Lopes da Silva, que mostrou a ligação entre a burguesia industrial e o Estado, que recebe como imposição o modelo a ser implantado. Ela diz que

é possível não só identificar a participação da burguesia industrial nesse processo, de forma afirmativa, como, além disso, detectar as suas propostas que apontam no sentido da concretização de um amplo projeto de reordenamento da sociedade, tendo como eixo a industrialização, e que visa à dissolução da luta de classes. Esse processo já está em andamento desde a década anterior, iniciando-se no espaço da fábrica para, em seguida, projetar-se para a sociedade, impondo um novo papel ao Estado que, ao viabilizar a gestação do mercado de força de trabalho, através de leis sociais, redefine o modelo de dominação (SILVA, 1990: 9).

Nesta perspectiva, a burguesia assume a defesa de um projeto racionalizador da sociedade, e do mundo do trabalho, para o que o sindicalismo autônomo é um grande empecilho, enquanto germe do seu maior inimigo, o anarco-sindicalismo, que não admitia negociações com relação às leis. E isso acaba levando a uma crise no interior do movimento sindical, que passou de uma total negação às negociações, que o leva a disseminar entre os operários idéias como a associação da carteira de trabalho com um “prontuário policial”. O resultado disso foi a derrota da luta pela autonomia sindical, *“proposta que se fortalecera com a apresentação da pauta unificada de reivindicações, em que os libertários cederam às pressões das bases, defendendo leis que desfiguravam os seus pressupostos”*. Assim, não sem resistência, o anarco-sindicalismo é derrotado pela burguesia industrial, com a cumplicidade do governo, através da *“despolitização da esfera do político”* no meio operário. Fica claro diante disso o papel do Estado, como gestor do mercado de trabalho, *“entendendo a gestão como parte constitutiva de um*

projeto mais amplo de reordenamento da sociedade brasileira, no qual a burguesia industrial está empenhada e que tem em vista torná-la moderna e racional, amparada nos pressupostos da dissolução das fronteiras de classe” representando os interesses “modernizantes” (SILVA, 1990: 13,14).

Um aspecto fundamental dessa discussão é percebermos que houve uma continuidade autoritária de 1930 a 1945. Para compreendermos a continuidade do anticomunismo brasileiro, é necessário associá-la à continuidade da política autoritária no Brasil. Pinheiro fala em uma “*continuidade autoritária que marca a sociedade brasileira (e sua ‘cultura política’) diretamente dependente dos sistemas de hierarquia implantados pelas classes dominantes e reproduzidos regularmente com o apoio dos instrumentos da opressão, da criminalização da oposição política e do controle ideológico sobre a população*” (1991:55). Essa continuidade obteve amplo apoio social, o que implica em defender que já nos primeiros anos 30 havia uma forte propensão ao totalitarismo⁸. Relevantes parcelas sociais, através de diferentes grupos, de posições políticas diversas, defendiam basicamente a solução de um “Estado forte” como inevitável, devido à incompetência do sistema liberal diante dos problemas sociais. O apoio a medidas autoritárias em detrimento dos valores liberais-democráticos era defendido de formas diferenciadas, mas inclusive pelos liberais nos momentos considerados de crise, no que exerceram papel fundamental os meios de comunicação, a Igreja e a AIB, que agia conjuntamente, e que estão representadas no Estado, em um processo conflitante.

O autoritarismo estava presente em grande parte da sociedade e também no discurso comunista e na Aliança Nacional Libertadora. Mas até o golpe do Estado Novo havia ainda prerrogativas legais, que permitiam a existência de movimentos

⁸ Sabendo-se que autoritarismo e totalitarismo não se confundem, neste momento histórico percebemos características das duas propostas. No entanto, não teremos como aprofundar essa discussão nesse momento.

contestatórios, o que explicita a importância dada pelos setores conservadores às campanhas anticomunistas.

Assim, os grandes fatos políticos devem ser apreendidos também na sua repercussão no dia-a-dia da vida política nacional, quando os projetos são construídos. Não há como fazer a separação entre o que é “projeto do Estado” dos interesses mais gerais da sociedade, que apoiava e solicitava suas medidas, o que observamos especificamente com relação às práticas anticomunistas. Mas para entrarmos nestas práticas, é necessário delimitarmos com mais clareza quais os mecanismos de forjamento e disseminação do anticomunismo, assim como porque entendemos que seja relevante este estudo sobre aquele período, o que passaremos a fazer em seguida.

O inimigo interno e o estado totalitário brasileiro

Devemos ainda nos ater na construção dos “inimigos internos”, elemento fundamental do anticomunismo. Um dos textos clássicos sobre o totalitarismo - de Hannah Arendt - discute um dos aspectos que nos parece ser fundamental para analisarmos os anos 1930, que é a noção de inimigo, que traz consigo a idéia de auto-policimento social. O primeiro estágio da dominação totalitária é o de desencavar inimigos secretos e caçar antigos oponentes. Esta fase geralmente coincide com a arregimentação de toda a população em organizações de vanguarda e a reeducação dos velhos membros do partido para serviços voluntários de espionagem. Os esquadrões especialmente treinados da polícia não precisam preocupar-se com as “duvidosas simpatias das pessoas arregimentadas”. O fim deste estágio se dá com a liquidação de resistências abertas e secretas sob qualquer forma organizada. Exterminados os “inimigos reais”, começa a caça aos **inimigos objetivos**, quando o terror se torna real, e quando a “segunda pretensão do totalitarismo”, o domínio total, é posta em prática, o que temporariamente independe de vitória ou derrota do movimento como um todo (ARENDR, 1989: 472). A noção de

inimigo objetivo nos permite perceber a necessidade de forjamento do “inimigo interno”, que é expressa das formas mais diferentes: o “perigo” e a “ameaça” que servem como justificativa para que a sociedade se organize de tal forma que possa combater esse “inimigo”. Ele, no momento em que está sendo criado, não precisa ser visualizado no concreto, mas apenas enquanto uma referência abstrata e a-história, como algo que já ocorreu em algum lugar do mundo e pode se repetir na sua própria comunidade.

Há um outro aspecto importante deste inimigo que é o fato de que ele permite a unidade política daqueles que teriam, em tese, impossibilidades de se unirem. O que os une é o inimigo a ser combatido, mesmo que para isto o inimigo deva ser construído. No nosso caso, liberais e antiliberais se unem para mostrar à sociedade o quanto de ameaçador é, na sua ótica, o comunista.

No entanto, a existência de movimentos totalitários, ou seja, o totalitarismo não se restringe à existência de um Estado detentor de um projeto totalitário. Uma dada sociedade, em dada época, pode apresentar tendências totalitárias, o que poderá levá-la a encaminhar a existência de um Estado com características totalitárias⁹.

Sobre a noção de inimigo interno, na década de 1930, também a historiadora Elizabeth Cancelli diz que, sob influência da Escola Positiva, intensifica-se a repressão aos comunistas e aos estrangeiros, associados ao comunismo:

É certo que a associação das ‘teorias exóticas’ com os estrangeiros já vinha de muito tempo, mas sob o prisma do novo ideário político, o estrangeiro era um agente que deveria ter prioridade no tratamento policial. Para isto contribuía o fato dos comunistas aparecerem ao olhos da sociedade como um grupo

⁹ A questão é colocada indiretamente por Arendt quando discute se as lideranças nazistas acreditavam ou não na doutrina nazista. É interessante observar, nesse sentido, o estudo de Tzevan Todorov, quando ele contesta essa suposta crença, propondo uma dicotomia de comportamento dos sujeitos expostos ao totalitarismo, onde ele se comporta de forma diferente no nível privado e público (TODOROV, 1995).

fortemente empolgado com a existência de um país onde a revolução socialista fora vitoriosa (...)(CANCELLI, 1994: 79).

Para parte da historiografia, o fato de que contra esse inimigo se impunha a criação de um “homem novo” - membro de uma “sociedade sem divisões”¹⁰ - fazia com que se estivesse rumando para um Estado totalitário. Como vimos, a historiadora Eliana Dutra defende que o Estado totalitário brasileiro foi forjado a partir de 1935. Ele se baseava discursivamente em pares antitéticos que eram sempre semelhantes a “ordem x subversão, bem x mal, civilização x barbárie, saúde x doença” e tantos outros. Além disso, esses pares só sofriam mudança de acordo com a opção política de forma a que se aplicaria “anticomunismo x revolução”. Ou seja, as propostas comunistas de mudança social se davam sobre as mesmas bases, contrapondo aos mesmos problemas as mesmas soluções apresentadas pelos anticomunistas (DUTRA, 1998:18 e segs).

É necessário fazer a ressalva sobre o papel do Estado nesse processo, a partir da percepção acima, que o coloca como forjador da sociedade totalitária. A posição de Dutra é de que *“o Estado, também portador de um projeto totalitário, recebe a colaboração de outras instituições, da sociedade, e nem a Aliança Nacional Libertadora, que enfrenta a escalada totalitária, fica imune à utopia do uno”* (1998:17). Mesmo assim, nos parece que a autora, embora coloque um papel político na sociedade, acaba por destinar ao Estado o papel mais

¹⁰ Essa concepção do totalitarismo está baseada principalmente pela noção de “invenção democrática” de Claude Lefort e Hannah Arendt. Não teríamos como nos aprofundar aqui nesta questão, mas, em linhas gerais, ela considera a “sociedade sem divisões” como um dos grandes mitos da “contra-revolução totalitária”, pois ela *“expulsa tudo que dê sinal de autonomia, de criatividade, sujeita indivíduos e grupos, sem conseguir nada melhor do que apodrecer os laços da sociabilidade e construir uma imensa rede de coerção”* (LEFORT, 1987: 25). Essa despolitização seria promovida pelo Estado, que assumiria para si o controle de vários aspectos da vida dos indivíduos, levando a tornar pública a privacidade e imprimindo ao público uma aparente a-politicidade (ARENDR,1995).

importante, já que ele “recebe a colaboração”. Isso porque, nessa visão, ao considerar que a demanda não surge da sociedade para o Estado, mas ao contrário, a sociedade é que aceita a sua lógica.

Para a historiadora Elizabeth Cancelli, enquanto o Estado liberal nas primeiras três décadas do século XX foi assumido na forma convencional do Estado moderno, “*o golpe de 30 vislumbrava o poder e tinha como projeto um centro de poder que passou a afirmar cada vez mais seu monopólio e uma ideologia que pretendia ser exclusiva na mobilização total da população, e cuja integração de indivíduos e classes levaria à construção de um Estado Novo, de um homem Novo e de novos desígnios para a humanidade*”. Ela completa que “*a fascistização do Estado, neste contexto, não foi realizada através de um partido, mas tratou-se de iniciativa direta do governo, que impunha seu regime sem intermediação e dispensando qualquer fase de fusão entre partido e Estado*” (CANCELLI, 1994: 18,19).

Essa noção de totalitarismo vê o Estado como um “*corpo indivisível que abriga todas as instâncias coletivas da sociedade*”, onde “*o discurso é do poder, que enuncia a ordem do mundo e denomina coisas como a paz social, a igualdade, a liberdade, o trabalho*” (DUTRA, 1998: 325-7).

No entanto, o estudo do anticomunismo nos permite perceber que muitas das propostas que foram impostas pelo Estado Novo estavam sendo aplicadas já nesse período “democrático”. A supervalorização do papel do Estado enquanto “portador do projeto” pode impedir de percebermos as responsabilidades sociais. O Estado é um lugar de conflitos sociais, não é um sujeito autônomo.

O Estado Novo se configurou como um projeto autoritário, com elementos totalitários, mas a sua aceitação só foi possível porque surgiu da própria sociedade e teve uma resignificação promovida pelo grupo que então ocupava o poder estatal, que refez esse discurso a partir de 1937, com a aplicação cada vez mais eficiente de uma série de práticas competentes, ainda com um crédito social a essa prática. As bases para esse Estado vinham

de antes de 1937, e estavam na negação da luta de classes e no encampamento do movimento através dos sindicatos. O Estado promoveu uma série de medidas, como a tentativa de elaborar uma Constituição com algumas características fascistas, uma forte repressão aos movimentos populares, o controle de imigração, e uma centralização de poder, cujos mecanismos são fundamentais, como no caso dos Departamentos de Administração do Serviço Públicos, criados em 1938. Diz a historiadora Maria Campello de Souza que

Seria contudo errôneo supor que esse processo de centralização tivesse surgido da noite para o dia. Ao contrário, se alguma data identificável puder ser encontrada para demarcá-lo, ela provavelmente se encontra na segunda parte da década de vinte (...) quando a concorrência entre regiões produtoras leva algumas delas a situações de crise, fazendo avolumar de maneira quase simultânea os pedidos de interferência do governo central (1976: 89).

E é nesse sentido também que se elaboraram, por exemplo, a Reforma Constitucional de 1926 e depois a relação do governo federal com suas interventorias. Além desses mecanismos, o Estado agia de diversas formas para o aprimoramento do aparelho policial, e de controle cada vez maior dos sindicatos. Por isso, devemos ressaltar este aspecto fundamental. Os anos 1930 foram decisivos na organização sindical brasileira. Ocorreu uma ação conjunta entre Estado, elites políticas e burguesia industrial no sentido de controlar de todas as formas a ação sindical, o que esteve acompanhado de resistência constante pelo meio sindical. Desenvolveu-se uma relação dialética entre o Estado e o patronato no sentido de fazer com que fossem gradativamente conquistando o controle total da organização sindical, o que começou a se efetivar a partir da criação do Ministério do Trabalho, em 1930.

Muito mais do que a um partido ou a uma tendência, se temia a organização de enormes camadas da população que não estavam tendo seus interesses e necessidades representadas na

nova ordem política e social. Angela de Castro Gomes diz que a questão social na década de 1930 é destacada porque “*a burguesia busca enfatizar, de um lado, os enormes riscos que corria face aos avanços do socialismo operário e, de outro, as imensas possibilidades políticas e econômicas que a formulação que uma legislação social abrigava*”. A autora alerta ainda que as leis “*são importantes na nova política social como instrumento de eficácia ideológica mas, principalmente, de valor como força repressora à orientação do sindicalismo independente*”. Analisando o comportamento da burguesia perante as leis sociais, a autora constata que ela pretendia “resolver” o problema do operariado ao mesmo tempo em que reorganizava as práticas liberais. Diz ela que “*a grande ameaça latente é a constatação de um ‘dado concreto’, de um ‘fato’ do momento político que se vivia e que consistia no avanço do proletariado e do socialismo sobre a burguesia e o liberalismo*” (1979: 213, 215, 203).

Queremos ressaltar esses dois aspectos: a construção do “inimigo interno” e a disseminação desse construto pelas mais diversas camadas da sociedade. Nesse sentido, para entender a existência de movimentos totalitários nos anos 1930, é de suma importância estudarmos o papel que tiveram os imaginários sobre o comunismo e sobre os comunistas, que eram os “inimigos” em questão. Mesmo que existissem outros inimigos, como os estrangeiros e o judeus, o que dava unidade ao imaginário, o fator predominante era sempre o fato de que a ameaça existia porque eram “sementes disseminadoras do comunismo”.

Parece-nos, portanto, que o forjamento de pensamentos totalitários deve ser estudado também no período que precede à ANL. Poderíamos utilizar como justificativa para a existência de mais estudos a partir da década de 1930 o fato de que neste período existiria um redimensionamento da “questão social”. No entanto, com isto corremos o risco de desconsiderarmos as lutas sociais anteriores ao governo Vargas. Em termos gerais, o anticomunismo brasileiro apareceu junto com os movimentos populares,

manifestações e greves, os quais independem via de regra da história dos partidos comunistas ou dos movimentos anarquistas.

São ilustrativas as discussões ocorridas no final de 1927, quando o deputado Aníbal de Toledo retomava a discussão do Decreto 1162 do Código Penal, que proibia as greves. Paulo Sérgio Pinheiro mostra algumas posições tomadas diante da questão, que se notabilizam pela apresentação de um consenso de classe, onde se dizia que os *“militantes e os agitadores perturbam uma situação que por si estaria naturalmente equilibrada”*. O grande problema da expansão das idéias socialistas estaria em que *“sem paixões ou sem a instilação de idéias subversivas, o operário se submeteria sem tugar nem mugir, pois, por natureza ele tem boa-fé, é virtuoso, resignado”*¹¹. Como resultado, é reelaborada também a lei que regulamentava a repressão ao anarquismo, pelo Decreto 4269, de 17/11/1921. Apesar da vasta discussão que se gerou em nível parlamentar e pela imprensa do período, o substitutivo de lei foi aprovado. A lei que anteriormente previa, para o anarquismo, que *“o governo poderá ordenar o fechamento, por tempo determinado, de associações, sindicatos e sociedades civis quando incorram em atos nocivos ao bem público”*, agora era ampliada, dizendo que

O governo pode ordenar o fechamento, por tempo determinado, de agremiações, sindicatos, centros ou sociedades que incidam na prática de crimes previstos nesta lei ou de atos contrários à ordem, moralidade, e que operem no estrangeiro ou no país, vedar-lhe a propaganda impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham sem prejuízo do respectivo processo criminal (*Idem*)¹².

¹¹ Substitutivo Aníbal de Toledo (Apud PINHEIRO, 1992: 120).

¹² O autor mostra também que se aceleram, a partir da lei, os processos de colônias correcionais, para os quais eram levados os *“vadios, mendigos, inválidos, capoeiras e desordeiros”*, que poderiam ser alvo das *“idéias estrangeiras”*.

Assim, o anticomunismo brasileiro apareceu junto com os movimentos populares, manifestações e greves, os quais já existiam desde o século XIX no cenário político brasileiro. Mas o governo provisório pretendia acabar com eles, e percebia que essas manifestações tendiam a aumentar à medida que crescia a organização de um partido comunista, que reivindicava para a si a tarefa de implantar no Brasil um regime semelhante ao soviético. Trata-se de um processo iniciado nos anos 20, anos que

(...) começaram a trazer à tona o pânico em relação àqueles que se tornaram os vencedores da Revolução de Outubro de 1917. Uma realidade mais contundente desenhava-se. Na existência do Estado soviético concretizou-se o perigo das esquerdas, que negavam as premissas básicas do modelo capitalista. Além da proposta de uma revolução mundial, a realidade delineava-se agora na agressividade e na incompatibilidade existencial das propostas políticas dos comunistas, dos liberais e dos totalitários (CANCELLI, 1993: 71).

Pinheiro apresenta também a idéia da “violência defensiva”, citando o relato de Joh de Bruin, em 1925, que dizia que *“qualquer crítica exercida, falada ou escrita, sobre ações do governo brasileiro pelo operários, é considerada violação da lei. Qualquer propaganda, de boca a boca, espalhando o socialismo, é proibida, sob pena de expulsão para o estrangeiro”* (1991: 49). Temos um quadro em que o Estado desenvolve as leis sociais e ao mesmo tempo aprimora as técnicas do poder de polícia, para aqueles que não “se enquadrassem” nas ditas leis. Era, portanto, diante de uma sociedade em conflitos que se inseriam as campanhas anticomunistas, que articulam tanto o combate ao que seria um extremo social, como as alternativas a serem desenvolvidas. A repressão política (inclusive as práticas anticomunistas), nas mais diversas formas, acompanhou a existência dos movimentos populares.

Entende-se no entanto que, com a presença cada vez mais forte do Partido Comunista, e as suas orientações internacionais,

poder-se-ia falar em um “perigo mais concreto” a partir de 1930. Como diz Robert Levine, *“uma corrente subterrânea de xenofobia e anti-semitismo veio à tona no começo da década de 1930, principalmente entre os membros da elite intelectual, cada vez mais desconcertada com o espectro do internacionalismo de influência marxista”* (LEVINE, 43). Mas a referência ao comunismo na imprensa brasileira remonta a muito antes da fundação do Partido Comunista Brasileiro¹³. Embora existam expressões de preocupação com o marxismo e especialmente com a revolução russa desde o início do século, é após 1930 que se iniciam vastas *campanhas anticomunistas*, pela grande imprensa e pelo mercado editorial, o que permite inferir a existência de políticas anticomunistas.

Como afirma Pinheiro, sobre o período que se inicia em 1930, *“trata-se de um estado de exceção, de uma ditadura como nunca se havia visto antes”*. E, nesse sentido, a criação e difusão de um “perigo vermelho” é *“uma questão de defesa interna, precursora do inimigo interno da doutrina de segurança nacional dos anos 60”*. Além das leis sociais, os aparelhos repressores eram cada vez mais aperfeiçoados e postos em prática, respondendo ao desmantelamento concreto da organização trabalhadora:

As inovações na repressão ‘política’ sempre estiveram ligadas a estímulos reais provocados pelas classes populares ou dissidentes políticos e à superestimação desses sinais pelos grupos dominantes. As motivações para as reformas realizadas,

¹³ Além dos artigos recuperados por BANDEIRA (et all, op cit), citamos alguns outros exemplos: *O Jornal*, do Rio de Janeiro: “Lenine assassino do ideal” (21/2/22, p.1); “A sedução bolchevista da mocidade” (8/2/22, p.1); “O comunismo bolchevista fora da Rússia” (9/2/22). Ou no jornal *A Manhã*, de Porto Alegre: “O paraíso bolchevista: como se pode entrar no país dos soviets” (7/9/22); “O papa vermelho, senhor dos destinos da Rússia” (25/6/22), “O paraíso bolchevista: a fome de amanhã, mais terrível que a de hoje” (1/7/22). Os exemplos poderiam ser muitas vezes multiplicados, e são tomados aqui como demonstrativos da idéia de processo histórico no qual se analisa o fenômeno estudado, ficando ainda em aberto a análise desse período anterior aos anos 30.

antes e depois de 1930, no aparelho repressivo, tinham o mesmo conteúdo: (...) anarquistas, anarco-sindicalistas e comunistas (...)(1992: 109).

Por isso a Aliança Nacional Libertadora é apenas um momento em que foi possível visualizar, diante da opinião pública, a existência de um “perigo”, visível no potencial de força armada comunista. Mas isso não permite que se diga que neste ano se iniciam as referências ao suposto perigo social que estaria ameaçando a sociedade brasileira, tampouco permite considerar que este fato fosse irrelevante do ponto de vista dos imaginários sobre a sociedade e a política brasileira. Se assim fosse, não teríamos encontrado centenas de artigos de jornais, centenas de livros, folhetos, artigos de revistas, que tinham como objetivo o combate ao “perigo vermelho”, desde o início da década. Mesmo para analisarmos a repressão posterior à ANL, lembramos uma distinção feita por Pinheiro. Ele nos impõe a necessidade de considerar a questão enquanto um processo histórico:

No final de 1934, oficiais do Exército e o governo já começavam a defender a necessidade de uma limitação das liberdades condicionais constitucionais, para fazer face à perturbação da ordem e evitar a desordem. Em 26 de janeiro de 1935, um projeto de Lei de Segurança Nacional, de autoria de Vicente Rao e Raul Fernandes, é proposto à Câmara dos Deputados. O texto definitivo é votado com emendas, em 4 de abril de 1935 (p. 271).

Ou seja, a ANL é apenas um dos fatores de um processo que se vinha desenrolando há pelo menos duas décadas. Antes mesmo da Aliança existir, já fora discutida e aprovada a lei que cercearia os direitos civis individuais, o que aponta para um Estado autoritário socialmente legitimado por parcelas significativas da população, especialmente as “formadoras de opinião”. Estavam assim consolidados os imaginários sociais anticomunistas que seriam fundamentais para a continuidade da política brasileira do período 1945-65.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo, Forense, 1995.
- ARENDRT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989
- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". in: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, vl 5 (Anthropos-Homem),
- BANDEIRA, Moniz, et all. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BEDESCHI, Giuseppe. "Comunismo". In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (Orgs) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB. 1986.
- BONET, Luciano. "Anticomunismo". in: BOBBIO, *Dicionário de Política*.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- CANCELLI, Elizabeth. *A Intentona em Nova York*, Brasília: UnB, 1997.
- CANCELLI, Elizabeth. De uma sociedade policiada a um Estado policial: o circuito de informações das polícias nos anos 30. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 36 (1): 67-86 [1993].
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-45). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.12, n.23/24, (55-75) set/91 ago/92.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- CARONE, Edgar. *A República Nova*. 1930-37. São Paulo, Difel, 1977.
- CATROGA, Fernando José de Almeida. *Teoria da história e do conhecimento histórico* (Relatório). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1996, (digitado).
- CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: EdUFF, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1981.
- CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

- COSTA, Emília Viotti da. “Liberalismo e lutas de classe no Brasil”. (Entrevista). *Revista Novos Rumos*, ano 2, n.1, 1987 (129-140).
- DIEHL, Astor. *Círculos operários*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990.
- DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- GERMANO FILHO, Molinari. *Controle ideológico e imprensa: o anti-comunismo n’O Estado de São Paulo (1930-1937)*. São Paulo, PUCSP, Mestrado em História, 1992.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- KONRAD, Diorge Alceno. *1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEVINE, Robert. *O regime de Vargas: os anos críticos: 1934-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- MAESTRI, Mário. *Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo*. Porto Alegre, CEM-RS, 1998.
- MARX, Karl, ENGELS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Autoritarismo e transição”. *Revista USP*, março, abril, maio 1991, p. 55.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*. Passo Fundo, Ed. UPF, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades. 1978.

- SILVA, Carla. *Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do anticomunismo brasileiro*. Porto Alegre, PUCRS, Dissertação de Mestrado, 1998.
- SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas, Papyrus, 1995.